

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Xerente (Akwẽ) – Região CEMIX, aldeias: Suprawahã, Boa Vista, Serrinha, Bom Tempo, Baixa Fundo, Macaúba, Sangradouro, Mata Verde, Brejo Novo, Cabeceira Verde, Morrinho, Rio Sono, Rio Preto, Espaço Livre.</p> <p>Local: Centro de Ensino Médio Xerente Warã (CEMIX) - Território Indígena Xerente, município de Tocantínia - TO.</p> <p>Data: 19 e 20 de maio de 2025.</p> <p>Duração: 2 dias.</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderador(a): Josafá Paz de Souza, Gabriella Vasconcelos, João Martins, Andréa Carrillo, Tiago Rodrigues</p> <p>Relator(a): Millena Silva Cruz e Sara Coralina</p> <p>Facilitador(a) Gráfico: Paulo Henrique Santana</p> <p>Tradutor(a) para Línguas Indígenas: Julimar Calixto Xerente, Edimar Xerente e Larieny Smikadi de Brito Xerente</p> <p>Técnico(a) em Comunicação: Ana Paula Nunes da Costa</p> <p>Recreador(a): Roberta Mendes, Sávio Danrlley de Souza</p> <p>Articulador(a) Comunitário(a): Edimar Xerente, Ravena Eline.</p> <p>Representante do Poder Público: Célio Torkãñ Kanela (ponto focal do estado/SEPOT) Paulo Waikarnãse Xerente (Secretário dos Povos Originários e Tradicionais).</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Pedro Andrade (consultor Tocar) Oscar Skwakarkwa Calixto Xerente (FUNAI), Edimar Xerente (Vereador de Tocantínia), Marquinhos Karajá, ARPIT (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Tocantins).</p>
DIA 1: 19 DE MAIO DE 2025
<p>PARTICIPANTES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alonso S. Xerente 2. Edivaldo Kmõmse Xerente 3. Mauricio S Xerente 4. Edevaldo Sinã C Xerente 5. Elivanda Sibaka Xerente

- | | |
|-----|----------------------------------|
| 6. | Lucivanda Waiti Xerente |
| 7. | Osmar K C Xerente |
| 8. | Dilma Kupktádí Xerente |
| 9. | Paulo Cesar P. Xerente |
| 10. | Maria Elir Brudi Xerente |
| 11. | Valcir Sumekwa Xerente |
| 12. | Agostinho S. P. Xerente |
| 13. | Marina F. da Mota Xerente |
| 14. | Lucivanda Krenkedi Xerente |
| 15. | Renata S. da M. B. Xerente |
| 16. | Edimar Srêñókrã C. Xerente |
| 17. | Oscar S. Xerente |
| 18. | Fernando Sowrepte Xerente |
| 19. | Valnice M. Brito |
| 20. | Valdirei Sirnâke Calixto Xerente |
| 21. | Ivanete Asakredi P. Xerente |
| 22. | Domingas Brapahi O. Xerente |
| 23. | Leonardo Carlos Srowasde Xerente |
| 24. | Viviana Smíkidi Xerente |
| 25. | João Smramri Xerente |
| 26. | Lucinda Krenkedi Xerente |
| 27. | Rogenir Sipriki Xerente |
| 28. | Vanda da Mota de Brito |
| 29. | João Kwanhã Xerente |
| 30. | Cleonice Sidi P. Xerente |
| 31. | Celina Brupai Xerente |
| 32. | Sremse Xerente |
| 33. | Krtitmke Tony de Brito Xerente |
| 34. | Marlene Sibakadi Xerente |
| 35. | Ronaldo Akezane Xerente |
| 36. | Jonair Ainaksêkõ C. Xerente |
| 37. | Nelsimar Wakmöpti P. Xerente |
| 38. | Noemi da Mata de Brito Xerente |
| 39. | Augusto Rompre Xerente |
| 40. | Izaias Kmōwamre Xerente |
| 41. | Ana Paula Suitei Xerente |
| 42. | Reinaldo Kupte Xerente |
| 43. | Denilson Tp^çekru Xerente |
| 44. | Jorgivan Kruisu C. Xerente |
| 45. | Eliane Sidi Xerente |
| 46. | Rosangela Smiki Xerente |
| 47. | Luanda Krenkedi Xerente |
| 48. | Fernando Kbasdimékwa |
| 49. | Nelson S. Spaimekwa Xerente |
| 50. | Jailson Sakruiwe Xerente |
| 51. | Edite Smikidi |
| 52. | Julimar S. Calixto Xerente |
| 53. | Inacio Xerente |
| 54. | Neli Keté Pereira |
| 55. | Irailde Sedi Xerente |
| 56. | Josafá Paz de Souza |
| 57. | Nelsimar Wakmöpti P. Xerente |
| 58. | Letícia Sidi Xerente |
| 59. | Marlete Waikwadi Xerente |
| 60. | Mayla Karajá |

61. Ravena Eline

Abertura

O primeiro dia da oficina no CEMIX teve início às 09h30, com a fala de abertura da facilitadora Andréa (Plantuc), que deu as boas-vindas aos participantes e convidou os anfitriões e lideranças indígenas para se apresentarem.

Oscar Xerente, representante da FUNAI, se apresentou destacando que sua presença se dá no intuito de acompanhar o processo de consulta, assegurando-se de que as informações estejam sendo transmitidas de forma clara e objetiva.

Na sequência, os caciques Edivaldo Xerente, Noemi Xerente, João Xerente, Moacir Xerente e o ancião Nelson Xerente se apresentaram, expressando agradecimentos pela presença de todos e reforçando a importância do momento para as comunidades.

Em seguida, Andréa (Plantuc) convidou a equipe técnica a se apresentar;

Célio Kanela (Ponto focal do estado) e Pedro Andrade (consultor Tocar) se apresentaram como representantes do Estado. Durante sua fala, Célio convidou os participantes a se aproximarem e ocuparem as cadeiras da frente. Na sequência, Andréa introduziu a proposta da oficina, explicando os objetivos do encontro e apresentando a programação prevista para os dois dias de atividades.

Em seguida, Andréa (Plantuc) conduziu uma dinâmica participativa com o objetivo de identificar a presença de mulheres, homens, faixas etárias e as aldeias representadas na oficina. Para realizar essa atividade, contou com o apoio de Edimar Xerente (articulador da Aldeia Rioxinho), Ravena Eline (articuladora da região do Rio Sono) e Larieny Xerente (tradutora Akwẽ), que auxiliaram na interação com os participantes e na tradução para a língua materna, quando necessário.

O que é o JREDD+

Andréa (Plantuc) deu continuidade à oficina questionando os participantes sobre quem já havia ouvido falar em mudanças climáticas e no programa JREDD+. Na sequência, apresentou os combinados coletivos, estabelecendo orientações e acordos para garantir o bom andamento das atividades ao longo dos dois dias de oficina.

Noemi Xerente (Cacique aldeia Boa Vista) respondeu a pergunta sobre mudanças climáticas compartilhando uma memória pessoal: contou que, quando era criança, o clima era mais fresco e a água também era mais abundante.

Vilmar (participante) responde que os córregos estão secando, falta de peixe, calor intenso, e ele tem certeza que é por causa das mudanças climáticas

Nelson Xerente (Ancião) compartilhou que vem observando com atenção as mudanças no clima em sua região, segundo ele desde 1995. Relatou que essas alterações são tão evidentes que até mesmo as crianças conseguem perceber.

Oscar Calixto diz que o ar está mais seco causando gripe, tosse e a chuva está muita rala, que quando criança iam para roça debaixo de chuva e quase não tinha raios, que dormiam tranquilos, e diz que embora os indígenas não sejam os causadores da destruição da natureza, eles são afetados.

Edvaldo, relatou que nos anos 1990, quando trabalhavam na roça, o sol era mais ameno e permitia que permanecessem mais tempo na lida. Hoje, segundo ele, só é possível trabalhar até, no máximo, 10h da manhã, devido ao calor intenso. Também destacou que

os rios estão mais rasos e que há muito mais fumaça no ar, indicando um agravamento das queimadas e do desmatamento.

Durante a conversa, Gabriela (Plantuc) questiona o motivo das mudanças climáticas. Noemi Xerente responde que essas alterações ocorrem devido ao desmatamento e à destruição das matas e dos rios.

Em seguida, Oscar Calixto (Funai) complementa apontando a poluição causada pelas grandes indústrias. Já Vilmar Xerente destaca a construção de barragens como outro fator que contribui para esses desequilíbrios no clima.

Dando sequência à discussão, Gabriela destaca que o aumento da emissão de gases poluentes, como o dióxido de carbono (CO_2) e o metano (CH_4), provenientes principalmente da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e das queimadas, tem provocado o aquecimento global. Ela detalhou como funciona o efeito estufa, explicando que esses gases formam uma espécie de camada na atmosfera que retém o calor do sol, impedindo que ele retorne ao espaço, o que resulta no aumento das temperaturas na Terra.

O JREDD+ como Política Pública

Tony Xerente pediu a palavra e questionou "*Se a preservação e o reflorestamento resolvem a situação das mudanças climáticas?*"

Em resposta, Gabriela retomou a discussão e, ao invés de responder diretamente, lançou um novo questionamento: "*O que vocês acham que é o JREDD+?*"

Oscar Calixto (Funai) pediu a fala após o questionamento sobre o que seria o JREDD+ e compartilhou sua experiência: disse que já participou de outras oficinas sobre o tema e explicou, com base no que compreendeu, que o JREDD+ é um projeto internacional, voltado para combater o desmatamento e a degradação florestal. Acrescentou que os povos indígenas são os mais antigos conservadores das florestas e que isso precisa ser valorizado. Ressaltou ainda que as árvores estocam gás carbônico (CO_2) e, por isso, são fundamentais no combate às mudanças climáticas. Gabriela continua a explicação sobre o JREDD+ e convida Célio Kanelo (Ponto Focal) para detalhar o tema.

Célio Kanelo (ponto focal do estado) inicia sua fala usando uma linguagem simples e exemplos próximos do cotidiano dos povos indígenas para facilitar a compreensão. Ele cita como exemplo a roça de arroz, explicando que assim como na roça o que é colhido deve ser dividido entre a família, no JREDD+ há uma repartição de benefícios que precisa ser justa e respeitar as necessidades de todos os envolvidos na preservação da floresta.

Noemi Xerente pergunta como ela vai fazer para acessar o recurso.

Célio Kanelo (Ponto focal do estado) responde que o recurso será acessado de forma coletiva através de políticas públicas, e que por isso os povos estão sendo consultados.

Fernando Xerente (professor) ressalta que todos sabem que será um desafio, especialmente porque ainda não compreendem completamente o programa, e reconhecem que se trata de um trabalho contínuo de conscientização. Além disso, aponta que algumas pessoas resistem a abrir mão de práticas prejudiciais à natureza. Por isso, questiona como o Estado pretende implementar o programa JREDD+ na prática e se haverá suporte técnico para auxiliar no monitoramento do desmatamento e das queimadas.

Célio Kanelo (Ponto focal do estado) responde que o Estado realizará a fiscalização

necessária para garantir a efetividade do programa. Ele explica que, caso não haja uma redução comprovada do desmatamento e da degradação ambiental, o Estado não poderá comercializar os créditos de carbono. Apenas após a certificação formal de que houve diminuição nas emissões, o Estado estará autorizado a vender esses créditos. Célio destaca o uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como uma das principais ferramentas adotadas pelo Estado para monitorar o desmatamento, utilizando imagens de satélite para esse acompanhamento.

Jailson Xerente questiona se o estado tem a garantia de receber o recurso e qual seria a garantia dos povos indígenas.

Célio Kanela (Ponto focal do estado) resumidamente fala das salvaguardas e diz que será um assunto tratado posteriormente.

Em seguida, a palavra foi passada para Gabriela (Plantuc), que convidou os participantes a refletirem sobre quem poderia colaborar para a redução do desmatamento.

Noemi (Cacique) respondeu que os não indígenas são responsáveis pela degradação, pois, ao viajar para fora de seu território, percebe o quanto as áreas já foram desmatadas, enquanto sua roça permanece preservada. Outros participantes chegaram à conclusão de que o agronegócio é um dos principais responsáveis pelo desmatamento.

Depois Gabriela (Plantuc) com a ajuda dos participantes, foram identificando os atores envolvidos no grupo PIQPCTAF.

Oscar Calixto (Funai) pede licença para traduzir na língua materna Akwẽ tudo o que já foi dito até o momento.

Julimar Xerente, em língua materna, incentiva os parentes a não ficarem com dúvidas, ressaltando que este é o momento oportuno para participarem ativamente e fazerem perguntas. Ele lamenta a ausência de muitas aldeias na oficina e diz que, futuramente, essas mesmas aldeias poderão questionar as decisões que foram tomadas durante o encontro.

Edimar Xerente, em língua materna, afirma que a comunidade tem o direito de decidir se irá ou não aderir ao programa JREDD+. Ele pede que ninguém se sinta pressionado ou coagido a tomar uma decisão. Explica também a importância dessas oficinas junto aos povos indígenas, destacando que eles são os maiores preservadores das florestas e, ao mesmo tempo, os mais afetados pela sua degradação.

Após as falas, os participantes formaram grupos para a primeira dinâmica: refletir e discutir como os três atores principais o agronegócio, o Estado, e os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIQPCTAF) podem contribuir para a redução do desmatamento e da degradação das florestas.

Ao retornarem da atividade, o primeiro grupo a apresentar foi o PIQPCTAF.

Edvaldo Xerente, expôs o trabalho realizado pelo grupo, destacando a necessidade de intensificar o apoio técnico e financeiro do Estado para que possam continuar preservando as matas.

Valdirei, da aldeia Rio Sono, reforçou a conexão entre cultura e natureza, afirmando que o povo Akwẽ depende das matas, florestas e nascentes para manter sua identidade, que sem esses elementos naturais, eles “não são coloridos”. Ele ressaltou que cantorias,

danças, caça e pesca são parte fundamental dos seus costumes e da sua cultura.

Renato Xerente, representando o grupo que discutiu o papel do agronegócio na preservação das florestas, destacou a importância de que esse setor cumpra as leis ambientais. Ele enfatizou que é necessário cobrar tanto do Estado quanto dos fazendeiros o cumprimento das normas, sugerindo inclusive que sejam contratados fiscais florestais e empresas multinacionais para monitorar o desmatamento. Segundo ele, quem desmata deve ser responsabilizado e obrigado a replantar.

Renato também alertou para o desaparecimento das abelhas e a necessidade de valorizar mais a vida de quem preserva a natureza do que o lucro financeiro. Propôs a criação de zonas tampão entre as Terras Indígenas e as fazendas, além do investimento em educação ambiental nas escolas, com cartilhas produzidas nas línguas de cada povo. Criticou o uso de agrotóxicos, afirmando que eles matam os peixes e prejudicam a saúde das comunidades indígenas, chegando a mencionar casos de crianças nascidas com deformações. Defendeu a promoção da agricultura orgânica, livre de venenos, e o apoio estrutural aos territórios indígenas, com melhorias em pontes e estradas.

Valnice e Fernando, professores e representantes do grupo que discutiu o papel do Estado na redução do desmatamento, apresentaram diversas propostas. Destacaram a necessidade de fortalecer e ampliar o programa PREVFOGO, com atuação em nível estadual. Sugeriram também a ampliação das áreas de preservação por parte dos grandes fazendeiros e a definição de um limite mínimo para expansão do plantio, como forma de conter o avanço do desmatamento.

O grupo propôs ainda o fortalecimento da educação ambiental nas escolas, com o objetivo de que as crianças se tornem multiplicadoras do conhecimento em suas comunidades. Reforçaram a importância da valorização dos saberes indígenas e da atuação do Estado com comprometimento, por meio da fiscalização efetiva e do uso de tecnologias avançadas para monitoramento ambiental.

Durante a apresentação dos grupos, o Secretário dos Povos Indígenas e Tradicionais, Paulo Xerente (Sepot), marcou presença e fez uma fala em língua materna e em português, agradecendo a presença de todos os caciques e participantes. Ele destacou a parceria entre a Sepot e a Semarh e tranquilizou os presentes quanto à transparência e à seriedade das oficinas.

Em seguida, Edimar Xerente, também em língua materna, reforçou as palavras do secretário.

As atividades da manhã foram encerradas com uma breve síntese das discussões realizadas, reforçando a importância das contribuições de cada grupo. Em seguida, os participantes foram encaminhados para o almoço.

13H00 às 15H00 – Almoço

Ao retornarem do almoço, as atividades foram retomadas com um momento de forte simbolismo cultural e reflexão.

Nelson Xerente (Ancião), empunhando sua borduna em sinal de descontentamento, fez um discurso em sua língua tradicional, expressando sua insatisfação com alguns aspectos da condução da oficina, com foco na logística.

Em seguida, Edvaldo apresentou um canto ancestral e proferiu um discurso também em língua materna, utilizando palavras e expressões antigas que, segundo ele, muitos jovens

já não compreendem mais.

Julimar Xerente e Oscar Calixto realizaram a tradução, esclarecendo que tanto Nelson quanto outros anciãos se sentiram excluídos do processo. Ressaltaram que a organização do evento não levou em consideração adequadamente a importância e o lugar de autoridade dos mais velhos nas decisões e na condução dos trabalhos. A principal queixa foi em relação à alimentação, especialmente sobre a ausência da carne muquiado, um alimento tradicional e simbólico, no primeiro dia, o que foi compreendido como uma falha e cobrou a participação dos colaboradores, das lideranças, homens e mulheres, para que os erros cometidos no primeiro dia não se repitam no dia posterior. O ancião também se queixou sobre a priorização na fila do almoço para os mais velhos. Questão que foi corrigida na próxima refeição

Em seguida Noemi (Cacique) convida todos para uma dança tradicional do povo Xerente.

Salvaguardas

Após o momento cultural, Célio Kanela (Ponto focal do estado) explica a linha temporal do JREDD+ no Tocantins.

Em seguida, os credenciados apresentaram uma encenação teatral para introduzir o tema das salvaguardas. A peça teve como objetivo ilustrar situações cotidianas que envolvem os direitos dos povos indígenas e como esses direitos podem ser garantidos e protegidos no contexto do JREDD+.

Após a apresentação, Andréa (Plantuc) fez uma introdução explicando que as salvaguardas são mecanismos de garantia dos direitos dos povos indígenas, assegurando que suas culturas, modos de vida e territórios sejam respeitados durante a implementação de políticas e programas ambientais, como o JREDD+.

Na sequência, Célio Kanela (Ponto Focal do estado), com uma linguagem simples e acessível, aprofundou a explicação sobre as salvaguardas. Ele destacou que elas existem para assegurar que nenhum povo ou comunidade seja prejudicado por ações do programa e que seus direitos sejam sempre resguardados. Em seguida, apresentou cada uma das sete salvaguardas, explicando uma a uma com exemplos do dia a dia das comunidades. Ressaltou que cada povo possui suas próprias formas de organização interna e que esse modo de organização será reconhecido e respeitado durante todo o processo. Ele reafirmou o compromisso do estado em garantir que as decisões e ações sejam construídas de forma conjunta, com transparência, participação ativa e respeito às especificidades culturais de cada povo.

Durante a explicação, Célio Kanela também destacou a criação do site oficial do JREDD+ Tocantins e da ouvidoria específica para o programa como exemplos concretos do compromisso com a transparência e a participação social.

Julimar Xerente (tradutor) traduziu a fala do Célio Kanela para a língua materna.

Oscar Calixto (Funai), em sua fala conduzida tanto em língua materna quanto em português, compartilhou a preocupação da sua comunidade sobre o programa JREDD+, relatou que ouviu relatos do programa de JREDD+ da Ilha do Bananal que aconteceu com os parentes Karajá, e souberam que o programa lá não deu certo, principalmente por causa de informações confusas. Ele contou que, quando visitou os parentes Karajá, percebeu um clima de desconfiança e desinformação em relação ao JREDD+, o que os deixou desacreditados do processo. No entanto, ele afirmou que entendeu que o JREDD+ Jurisdicional, que está sendo proposto no Tocantins, é diferente, e que essa

nova proposta traz um suporte mais claro, coletivo e transparente, com maior escuta dos povos indígenas e mais garantia de salvaguardas.

Andréa (Plantuc) incentiva os participantes a interagirem mais e fazerem perguntas.

Noemi (Cacique) observa que talvez o grupo esteja tímido por conta das gravações.

Em resposta, Célio Kanela (Ponto focal do estado) esclarece que a gravação das falas, assim como a elaboração da relatoria, fazem parte das salvaguardas em especial, daquela que garante a transparência no processo.

Fernando Xerente (participante) pergunta se o manuseio do fogo realizado pelos Xerente está resguardado como uma prática cultural e permanente.

Pedro Andrade (consultor Tocar) responde que o JREDD+ não está para dizer como os povos devem ou não realizar suas práticas tradicionais, que de forma alguma o programa pode violar as leis e salvaguardas, que garantem seus direitos e modos de vida. O programa JREDD+ obrigatoriamente tem que cumprir as salvaguardas. Pedro citou diversas leis que garantem os modos de vida, como a lei do capim dourado e do Babaçu livre. Ele enfatiza a salvaguarda que evita vazamentos, para que o desmatamento não saia de uma região e vá para outra.

Repartição de Benefícios

Edite Xerente (Participante) Pergunta como é feita a venda do crédito de carbono

Célio Kanela (Ponto focal do estado) explicou que, com a redução do desmatamento, é realizado um cálculo técnico para mensurar a quantidade de carbono que deixou de ser emitida, isso gera o que chamamos de créditos de carbono. Ele ressaltou que o Estado firmou um acordo que estabelece um limite para o desmatamento. Se esse limite for respeitado e houver redução em relação aos anos anteriores, o Estado acumula créditos. Célio esclareceu que o que será vendido são as ações concretas para reduzir o desmatamento, ou seja, o compromisso com a preservação. E quem compra, está valorizando essas ações de proteção à floresta.

Larieny Xerente (tradutora) traduziu para a língua Akwẽ a fala de Célio.

Em seguida, Oscar Xerente complementou com uma analogia: "quem tem farinha, tem estoque", ou seja, quem tem floresta, também tem um estoque de valor. Por fim, Julimar Xerente (tradutor) compartilhou, em Akwẽ, sua compreensão sobre o funcionamento do crédito de carbono.

Edite Xerente expressou que, para a expansão do agronegócio, os povos indígenas não foram consultados, e que somente agora, com a degradação já instalada, é que eles estão sendo incluídos nas consultas. Ela demonstrou sua desaprovação em relação à participação do agronegócio no programa e também criticou a porcentagem proposta para a repartição dos benefícios.

Célio Kanela (Ponto focal do estado) explica com exemplos pertinentes e simples o porquê do agro está integrado ao programa JREDD+ sendo contemplado na repartição de benefícios.

Edite Xerente questionou se o acesso aos recursos financeiros ocorrerá exclusivamente por meio de projetos, quais os órgãos envolvidos nesse processo e se esses mesmos órgãos serão responsáveis pela gestão do dinheiro.

Célio Kanela (ponto focal do estado) respondeu explicando que o Estado do Tocantins

criou o Fundo Clima, que atuará como um mecanismo de apoio e fortalecimento à implementação do programa JREDD+ no estado, visando garantir sua efetividade e sustentabilidade.

Na sequência, Edite perguntou sobre a situação das comunidades que ainda não possuem associação formalizada.

Célio (ponto focal do estado) esclareceu que o Estado prestará todo o suporte necessário para a criação ou reestruturação dessas associações, garantindo que todas as comunidades possam participar do processo.

Ainda durante a discussão, Edite questionou se os 25% referentes à repartição dos benefícios seriam destinados individualmente a cada um dos nove povos indígenas ou se esse percentual seria dividido de forma geral entre todos.

Oscar Calixto (Funai) interveio para corrigir a informação, destacando que atualmente existem 16 povos indígenas no Tocantins.

Célio Kanela (ponto focal do estado) responde que é para todos que englobam o PIPCTAF e já menciona a escolha de representantes que irá participar da consolidação para depois escolher os representantes do povo Xerente para audiência pública que acontecerá em Palmas.

Oscar (Funai) falou na língua materna, dizendo que estão em uma consulta prévia, onde vieram com uma proposta para ouvir a proposta dos indígenas. Se ambas as propostas forem aceitas, tudo bem; se não, nada será feito. Ele destacou que, se o Estado não aceitar a proposta dos indígenas, o processo não seguirá adiante. O Estado está apresentando sua proposta, e amanhã os indígenas apresentarão a deles. Oscar perguntou aos presentes se, para a repartição dos benefícios, houve consulta prévia aos indígenas, e ressaltou que, caso o povo não concorde, podem apresentar suas próprias propostas. Se surgirem várias propostas de ações e os 25% não forem suficientes para cobri-las, será necessário aumentar esse percentual para que o programa funcione bem. Por fim, parabenizou o Estado, pois essa é a primeira vez que os indígenas estão sendo consultados de forma concreta, e ressaltou que, se isso não ficar só no papel, o Estado está de parabéns, já que o povo indígena carrega traumas de promessas vazias no passado.

Célio Kanela (ponto focal do estado) responde que a repartição dos benefícios é a proposta atual do estado, mas que no mês de julho haverá uma audiência pública onde os representantes de cada povo poderão apresentar suas demandas e sugerir alterações.

Tony Xerente (cacique) perguntou quais tipos de propostas podem ser incluídas na discussão.

Célio Kanela (ponto focal do estado) respondeu que as propostas devem ser apresentadas por organizações, conforme previsto nas salvaguardas, e destacou que são os próprios povos indígenas que definem como desejam se organizar. Reforçou ainda que toda iniciativa que contribua para a preservação dos territórios pode ser considerada como proposta.

Oscar Calixto (Funai) complementou esclarecendo que pessoas físicas não podem acessar diretamente os recursos, que são destinados exclusivamente às organizações coletivas.

Na sequência, Eduardo (cacique da aldeia Morrinho) comentou que esses recursos são voltados para os povos indígenas, mas, apesar da existência de várias organizações na

área Xerente, nenhuma delas obteve resultados concretos até o momento.

Célio (ponto focal do estado) respondeu que os recursos são direcionados a todos os povos indígenas do Estado do Tocantins. No entanto, Eduardo contrapôs, afirmando que, na prática, isso ainda não acontece de forma efetiva.

Diante da discussão, Edite Xerente e Valnice (professoras) perguntaram qual é o prazo previsto para a organização ou formalização dessas associações.

Célio Kanela (ponto focal do estado) responde que ainda não há um prazo definido, pois o programa está em discussão e só será decidido após a audiência pública, que vai avaliar se o projeto será aprovado ou não. Ele também menciona que será necessário escolher uma organização que represente os povos indígenas.

Logo em seguida, Edmar Xerente traduz as falas de Célio. E seguem para o encerramento do primeiro dia de oficina.

DIA 2: 20 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Fernando B. Souza (Aldeia Bela Vista)
2. Jailson Xerente (Aldeia Rio Sono)
3. Edite Simikidi da M. de Brito (Aldeia Wdêpazara)
4. Julimar Calixto Xerente (Aldeia Rio Sono)
5. Inacio Xerente (Aldeia Boa Vista)
6. Neli Keti Pereira (Aldeia Brejo Novo)
7. Edimar Xerente (Aldeia Riozinho)
8. Renato Xerente (Aldeia Wdêpazara)
9. Oscar S. Calixto (Aldeia Suprawahã)
10. Fernando Xerente (ILEGÍVEL)
11. Valnice M. (Aldeia Suprawahã)
12. Vololirei Xerente (Aldeia Rio Sono)
13. Ivanete Xerente (Aldeia Brejo Verde)
14. Domingas Brupahi Xerente (Aldeia Brejo Verde)
15. Valcir Sumekwa Xerente (Aldeia Brejo Novo)
16. Agostinho S. P. Xerente (Aldeia Brejo Novo)
17. Maria Edir Brudi Xerente (Aldeia Boa Vista)
18. Lucivanda Waiti Xerenteb
19. Marena F. da Mata Xerente (Aldeia Rio Sono)
20. Elivanda Sibaka Xerente (Aldeia Santa Fé)
21. Paulo Cesar P. Xerente (Aldeia Sangradouro)
22. Dilma Kupkatidi Xerente (Aldeia Rio Preto)
23. Osmar K. C. Xerente
24. Mauricio S. Xerente
25. Edivaldo Xerente (Aldeia Suprawahã)
26. Alonso Xerente (Aldeia Brejo Novo)
27. João Xerente (Aldeia Cabeceira Verde)
28. Juliana Samikidi Xerente (Aldeia Morrinho)
29. Irailde SIDÍ xerente (Aldeia Mata Verde)
30. Josafá Paz de Souza (Formoso do Araguaia)
31. Reinaldo Xerente (Aldeia Morrinho)
32. Ana Paula Xerente (Aldeia Brejo Comprido)
33. Denilson Xerente (Rio Preto)
34. Jorgivan Xernete (Aldeia Rio Preto)
35. Eliane Xerente (aldeia Morrinho)

36. Leonardo Xerente (Aldeia Morrinho)
37. Vanusa Xerente (Aldeia Mata Verde)
38. Edson Xerente (Aldeia Morrinho)
39. Lidiane Brupahi Xerente (Aldeia Brejo comprido)
40. Adalto Brito Xerente (Aldeia Recanto da Água Fria)
41. Larissa Sibakadi Xerente (Aldeia Rio Sono)
42. Taina Warete Xerente (Aldeia Boa Vista)
43. Lucinda Krenkêdi Xerente (Aldeia Mata verde)
44. Marlene Sibakidi Xerente (Aldeia Rio Preto)
45. Celina Brupré Xerente (Aldeia Rio Sono)
46. João Kubnhâ Xerente (Aldeia Brejo Comprido)
47. Vanda da Mata de Brito (Aldeia Sucupira)
48. Jonair Xerente (Aldeia Sucupira)
49. Nelsimar Xerente (Aldeia Bom Jardim)
50. Rosangela Xerente (Palmas)
51. Denise Xerente (Palmas)
52. Cleonice Sidi Xerente (Aldeia Bom Jardim)
53. ILEGÍVEL (Aldeia Bom Jardim)
54. Augusto Mapfre Xerente (Aldeia Mata Verde)
55. Ronaldo Axéjanê Xerente (Aldeia Bom Jardim)
56. Noemia da Mata de Brito Xerente (Aldeia Boa Vista)
57. Izaias Xerente (Aldeia Macaúba)
58. Silvio Danlley Souza (Palmas)
59. Edna Xerente (Aldeia Bom Tempo)
60. Enidilene Xerente (Adeia Coqueiro)
61. José Wilson Xerente (Aldeia Sucupira)
62. Marlete Xerente (Aldeia Cabeceira Verde)
63. Eduardo W. Xerente (Aldeia Morrinho)

Abertura – 08h47

Andréa (Plantuc) iniciou a oficina convidando a Roberta (recreadora) a levar as crianças para a área de recreação.

Julimar Xerente (tradutor) em língua materna convida os anciões Nelson e Noemi.

Nelson faz um discurso em língua materna antiga.

Noemi traduz a fala do Nelson, dizendo que ele cumprimenta a todos e que ele está inconformado pela ausência de muitos indígenas, que decisões precisam ser são tomadas pela maioria, mas mesmo assim não irão parar, seguiram com as atividade e pediu que todos participem, que façam perguntas e não vão embora com dúvidas.

Julimar fala que Nelson como ancião está triste que ele tinha expectativa pelo seu povo, que no dia anterior ele já havia reclamado e mesmo assim não houve mudanças, as pessoas não compareceram.

Edvaldo Xerente em língua materna fala que mesmo com poucas pessoas na oficina eles não estão só, que muitas lideranças compareceram, alguns professores, a Funai, algumas mulheres, anciãos, etc.

Julimar em língua materna convida os caciques a se apresentarem.

Noemi (Cacique, anciã, parteira e professora da aldeia Boa Vista), Maurício (Cacique da Aldeia Serrinha, Edvaldo (Aldeia Espaço Livre), Fernando (Vice Cacique Aldeia Bom

Tempo), Luzimar (Cacique Baixa Fundo), Isaías (Cacique Aldeia Macaúba), Tony (Cacique da Aldeia), Paulo Cesar (Cacique da Aldeia Sangradouro), Augusto (Cacique Aldeia Mata Verde), Alonso (Cacique da Aldeia Brejo Novo), João Brito (Cacique Aldeia Cabeceira Verde), Eduardo (Cacique Aldeia Morrinho), Jailson (Representante Aldeia Rio Sono), Denilson (Cacique Aldeia Rio Preto).

Osmar Xerente, Vice-Cacique da Aldeia Riozinho, compartilhou que teve conhecimento sobre o Programa JREDD+ apenas naquele momento da oficina, apesar de o projeto já ter sido iniciado em 2007. Relatou que, ao ouvir as informações apresentadas, a iniciativa lhe pareceu uma "história assustadora", principalmente por não ter sido discutida com todas as comunidades anteriormente. No entanto, Osmar afirmou que está disposto a ouvir com atenção, buscar compreender melhor a proposta e contribuir para que o processo seja realizado da melhor forma possível.

Tony Xerente, expressou sua posição em relação ao projeto, afirmando que, se dependesse exclusivamente de sua decisão, ele não concordaria com a iniciativa da forma como está sendo apresentada. Justificou que o projeto já foi construído em etapas anteriores sem a devida consulta às comunidades de base. Manifestou também seu descontentamento com a proposta de divisão dos benefícios, destacando que os povos indígenas são os que mais preservam os territórios e ainda assim terão que compartilhar os recursos do projeto com outros grupos.

Edmar Xerente fez um resumo das falas dos caciques presentes, reforçando a importância da escuta atenta e da participação de todos os membros da comunidade no processo de construção do projeto. Destacou que alguns caciques e lideranças não puderam estar presentes no primeiro dia da oficina, mas que, mesmo assim, estão agora contribuindoativamente. Edmar ressaltou a relevância da tomada de decisão coletiva, enfatizando que qualquer encaminhamento deve ser construído de forma dialogada e conjunta

Oscar Calixto, representante da FUNAI e vice-cacique da aldeia, iniciou sua fala com a borduna em posição de positiva, símbolo importante da cultura Xerente. Ele perguntou se havia algum antropólogo na equipe presente do projeto JREDD+.

Tiago Rodrigues (moderador), integrante da equipe, se apresentou como antropólogo.

Oscar então prosseguiu, afirmando que Tiago, como antropólogo, provavelmente possui algum conhecimento sobre a cultura de diversos povos indígenas. Relembrou que, no dia anterior, um dos anciãos da comunidade havia feito seu discurso com a borduna em uma posição diferente indicando tensão como forma de expressar o sentimento de que a cultura do povo não estava sendo respeitada naquele momento. No entanto, neste segundo dia, a posição da borduna havia mudado, refletindo uma atmosfera positiva. Ele ressaltou que o aprendizado é constante para todos, inclusive para ele, enquanto indígena, que nem sempre comprehende na totalidade os saberes e significados trazidos pelos anciãos. Afirmou sentir-se honrado em representar a FUNAI e reforçou seu compromisso com a escuta e o respeito às tradições do seu povo.

Oscar agradeceu ao grupo pela abertura ao diálogo e pelo esforço demonstrado em respeitar a cultura Xerente. Parabenizou a equipe pelo trabalho realizado até o momento. Por fim, fez um apelo para que o Estado tenha um olhar sensível e atencioso para com as propostas e reivindicações que serão levantadas pelo povo Xerente ao longo do processo. Reforçou a importância de que, no dia da audiência pública e da tomada de decisão, a borduna esteja, novamente, em posição positiva, como sinal de que o povo se sentiu ouvido e respeitado. Pediu que os encaminhamentos desse processo sejam priorizados, para que "não voltemos com a borduna em posição negativa"

Gabriela (Plantuc) pediu a palavra e expressou suas desculpas pelos transtornos ocorridos no dia anterior, reconhecendo que algumas falhas de comunicação e alinhamento afetaram o andamento inicial da oficina. Ela afirmou que a equipe refletiu sobre as críticas e sugestões recebidas e, a partir disso, reajustou a postura e abordagem.

Noemi Xerente, em sua língua materna, convidou todos os participantes da oficina a se unirem em um momento de canto e dança tradicional do povo Xerente. Em seguida, também em sua língua, fez um convite especial direcionado às mulheres (*pikõ*), para que participassem de uma dança tradicional feminina.

Após as apresentações culturais, Gabriela retomou a condução da oficina e perguntou aos participantes se alguém poderia explicar, de forma simples, o que é o JREDD+.

Fernando (professor) respondeu dizendo que o JREDD+ é uma estratégia para frear ou reduzir a emissão de gases que contribuem para a poluição do clima.

Andréa deu continuidade ao diálogo perguntando: “Por que o projeto JREDD+ é jurisdicional?”

Oscar Calixto respondeu explicando que isso ocorre porque o programa precisa abranger todo o território do estado do Tocantins.

Na sequência, Andréa questionou quem são os atores envolvidos no programa. Alguns participantes responderam, mencionando: povos indígenas, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores rurais, além do Estado.

Gabriela (Plantuc) responde ao questionamento feito anteriormente por Edmar Xerente, que afirmou que as comunidades não foram consultadas sobre a construção do programa JREDD+. Gabriela esclarece que foram realizadas sim algumas consultas prévias em etapas anteriores do processo. Ela afirma que o atual ciclo de oficinas tem justamente o objetivo de ampliar essa escuta e garantir que o processo seja mais participativo e representativo. Gabriela reforça que a construção do JREDD+ ainda está em curso e que as contribuições trazidas pelas comunidades são fundamentais para garantir que a política seja adequada às prioridades dos povos indígenas.

Posteriormente, Andréa faz uma breve recapitulação sobre o conceito de salvaguardas. Ela reforça que as salvaguardas são mecanismos de proteção que garantem que os direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e o meio ambiente sejam respeitados durante a implementação do programa. Em seguida, Andréa convida Fernando (professor) a compartilhar com os demais participantes o que ele compreendeu sobre o tema. Ele explica, com base em sua interpretação, que as salvaguardas funcionam como garantias de que os direitos das comunidades serão protegidos, e que o programa não poderá ser implementado de forma impositiva ou prejudicial, devendo sempre respeitar a cultura e os modos de vida dos povos indígenas.

Identificação de Ações Importantes

Em seguida, Célio Kanela (ponto focal do estado) esclarece que o momento da repartição de benefícios representa uma oportunidade importante para que a própria comunidade indígena proponha ações e projetos prioritários para o seu território e reforça que também é possível sugerir ao Estado formas de aplicação desses recursos.

Andréa (Plantuc) faz uma breve introdução destacando a importância da manutenção e valorização da cultura indígena como elemento central para a preservação da natureza.

Ela ressalta que os modos de vida tradicionais dos povos originários estão intrinsecamente ligados ao cuidado com a terra. Ela pontuou que o reconhecimento e o fortalecimento dessas práticas culturais podem, inclusive, ser consideradas ações elegíveis para serem beneficiadas pelo Programa JREDD+, uma vez que contribuem diretamente para a conservação da natureza.

Antes da divisão dos grupos para discussão das ações prioritárias, Jailson Xerente pediu a palavra e fez sua fala em língua materna. Ele iniciou agradecendo pela realização da oficina e destacou que a equipe técnica vinha explicando com clareza os diversos pontos relacionados ao Programa JREDD+. Ele parabenizou a equipe pelo esforço e pela condução do diálogo até aquele momento. No entanto, Jailson também expressou preocupações quanto à etapa da repartição de benefícios, especialmente no que diz respeito ao modo de vida tradicional do povo Xerente. Ele mencionou que, por vezes, é necessário realizar pequenas derrubadas de vegetação para plantio de subsistência, e questionou se, nesse contexto, haverá fiscalização que possa resultar em multas. E, caso haja punições, quem será responsabilizado e como isso será tratado dentro do escopo do projeto.

Oscar Calixto pediu a palavra e, com o folheto informativo em mãos, leu em língua materna a tradução da sigla JREDD+, buscando reforçar o entendimento coletivo sobre o programa. Em seguida, explicou que o objetivo do JREDD+ é incentivar e valorizar as práticas de conservação realizadas pelas comunidades indígenas.

Oscar enfatizou que as decisões sobre a adesão e a condução do programa cabem exclusivamente ao povo indígena, e não aos órgãos institucionais como a Funai ou quaisquer outras representações externas. Reafirmou que, caso a comunidade decida que não deseja continuar com o processo, essa escolha será respeitada e o processo será interrompido.

Renato Xerente destacou a importância do espaço de fala e escuta proporcionado pela oficina, reconhecendo que as contribuições de seus colegas foram muito pertinentes para o processo de reflexão coletiva. Utilizando uma expressão popular, ele afirmou que a comunidade se encontra em uma situação delicada: "se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come", diante das decisões que precisam ser tomadas. Ele comentou que os povos indígenas estão no meio de um "fogo cruzado" e reforçou que, apesar das dificuldades e incertezas, é necessário que a comunidade tome uma decisão consciente e coletiva sobre a adesão ou não ao Programa JREDD+.

Nelson Xerente, ancião da comunidade, tomou a palavra com sua borduna em posição positiva. Em sua fala, destacou que a decisão sobre a adesão ao JREDD+ será tomada coletivamente pela comunidade, e afirmou que apoiará a escolha que for feita, independente de ser favorável ou contrária, desde que seja tomada de forma consciente. Ele reforçou a importância de agir com responsabilidade e sabedoria no momento da tomada de decisão. Nelson acrescentou que acredita na importância do Programa JREDD+ para os povos indígenas, mas expressou sua expectativa de que mais membros da comunidade estivessem presentes na oficina para participar da discussão, demonstrando preocupação.

Valcir Xerente, participante da oficina, solicitou a fala e reforçou os posicionamentos apresentados anteriormente por seus parentes.

No momento da dinâmica para construção coletiva das ações prioritárias, Andréa (Plantuc) propôs a divisão dos participantes em três grupos de trabalho. No entanto, alguns participantes expressaram discordância. Após diálogo e consenso entre os presentes, a proposta alternativa foi acatada, e definiu-se que o trabalho seria realizado

em plenária.

12h15 - 14h00 Pausa Almoço

Ao retornarem do intervalo para o almoço, Edivaldo Xerente solicitou a palavra. Em língua materna, ele compartilhou que havia recebido, por meio de um grupo de WhatsApp, comentários de algumas lideranças da comunidade, especialmente pais de alunos. Segundo os relatos, de que o encontro na escola Cemix, estaria prejudicando as atividades escolares. No entanto, Edivaldo reforçou que os temas discutidos na oficina são de extrema importância para as comunidades, e que todos ali estavam cumprindo um papel relevante ao participar de um processo de escuta e construção coletiva sobre o JREDD+. Noemi Xerente e Julimar Xerente contribuíram com a fala.

Andréa (Plantuc) retomou a atividade referente à definição das ações prioritárias. Com o apoio dos participantes, foram definidas categorias para facilitar a sistematização das propostas levantadas por eles, sendo elas: Conservação, Infraestrutura, Capacitação, Geração de renda, Proteção Territorial, Produção, Cultura Local e Fortalecimento das organizações.

Ao final da organização das propostas, Pedro Andrade (consultor Tocar) fez uma explicação sobre o documento denominado ajuda memória. Ele destacou que esse documento tem como objetivo registrar de forma resumida e objetiva todas as contribuições levantadas durante a oficina. Ressaltou que a ajuda memória não é um documento final, mas sim uma síntese provisória do que foi discutido, servindo como base para garantir que as falas e decisões da comunidade estejam contempladas nos próximos passos do processo de consulta. Também explicou que esse material será compartilhado com os participantes para validação e possíveis complementações antes de ser encaminhado oficialmente ao Estado como parte da construção coletiva do programa JREDD+.

Célio Kanela (ponto focal do estado) retoma e reforça a fala de Pedro Andrade (consultor Tocar) sobre o documento ajuda memória e também sobre como funciona o Fundo Clima.

Célio (ponto focal do estado) explica que é necessário realizar a escolha dos representantes que irão participar da Reunião de Consolidação. Informa que essa reunião é uma etapa importante do processo, onde serão reunidas as contribuições de todas as oficinas realizadas nas diferentes comunidades. Destaca que, durante esse encontro, serão escolhidas quatro pessoas do povo Xerente com paridade de gênero para representar a comunidade na audiência pública que acontecerá em Palmas/To. Célio reforça a importância de que os representantes escolhidos tenham compromisso e estejam bem informados sobre tudo o que foi debatido, para que possam levar as propostas com responsabilidade.

Oscar Calixto pede a fala e faz uma observação importante sobre a escolha dos representantes. Ele destaca que, apesar de haver aldeias de três regiões reunidas na oficina, é fundamental que apenas quatro pessoas sejam escolhidas para a reunião de consolidação, conforme acordado anteriormente. Segundo ele, ampliar esse número pode gerar confusão e dificultar a organização do processo e ressalta ainda que é essencial que os escolhidos sejam pessoas realmente comprometidas, com conhecimento sobre o que foi debatido na oficina e dispostas a representar com responsabilidade os interesses coletivos das comunidades.

Fernando (professor) solicita que seja incluída entre as propostas a construção de uma pista de pouso, a ser utilizada em situações de emergência. Ele justifica que, em determinadas circunstâncias, o acesso aéreo pode ser essencial para o atendimento de

saúde ou outras demandas urgentes da comunidade. A proposta foi acolhida pelos demais participantes e incorporada à categoria "Infraestrutura".

Algumas lideranças manifestaram descontentamento quanto à quantidade de representações destinadas às três regiões (Rio Sono, Suprawahã, Tkai We) participantes da oficina na CEMIX. Segundo elas, trata-se de um território extenso, que abrange mais de 40 aldeias, e consideram que estão em desvantagem em comparação a outras oficinas, que ocorrem simultaneamente, que possuem um número menor de aldeias, mas contam com o mesmo número de representantes.

Fernando e Edimar esclarecem que o agrupamento das regiões e a definição de quatro representantes por oficinas foram decisões tomadas com base em critérios logísticos e de acessibilidade, estabelecidos durante as consultas prévias realizadas anteriormente na CEMIX.

Após os esclarecimentos, as três regiões se reuniram separadamente para deliberar, de forma autônoma, sobre a escolha dos quatro representantes.

Antes da definição do nomes a representantes, Célio Kanela, Srêwe Xerente, Renato Xerente e Tony Xerente fizeram esclarecimentos sobre as entidades representativas dos povos indígenas no Tocantins, como a ARPIT (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Tocantins), a INDITINS e outras. Explicaram que, embora essas entidades já atuem em articulações estaduais e nacionais, os participantes da oficina não são obrigados a escolhê-las como suas representantes no processo do JREDD+. Foi ressaltado que as comunidades têm autonomia para indicar outras entidades representativas, inclusive entidades próprias ou organizações locais que considerem mais legítimas para defender seus interesses. Também foi informado em quais instâncias e redes essas entidades, como a ARPIT, estão inseridas, a exemplo, articulações regionais e espaços de diálogo com o governo e outras instituições, no conselho das escolas, etc.

Neste momento, Marquinhos Karajá, presidente da ARPIT, se junta à oficina e faz uma breve apresentação sobre o trabalho desenvolvido pela entidade. Ele explica que a ARPIT atua na defesa dos direitos dos povos indígenas e destaca que é composta por representantes de diversos povos indígenas do Tocantins, incluindo Karajá, Xerente, Krahô, Apinajé, Javaé, entre outros. Ele reforça que está para somar, para apoiar naquilo que for preciso, sempre respeitando a decisão de cada povo. Em seguida, destacou que historicamente os povos indígenas foram hostilizados, silenciados e excluídos das decisões importantes. Ressaltou que os povos originários sempre fizeram o certo, protegendo as florestas. Foi justamente por esse papel essencial na preservação ambiental que agora os povos estão sendo convidados a participar de processos como o JREDD+.

Ficou acordado, de forma consensual entre os participantes, que serão quatro representantes por região que participarão da reunião de consolidação no dia 22 de Maio. Os representantes escolhidos foram:

Rio Sono - Valdirei, Marlete, Valcir e Dilma

Suprawahã - Fernando, Edivaldo, Edite e Valnice

Tkai We - Ronaldo, Elivanda, Tony e Vanda

Além da escolha dos representantes regionais para a reunião de consolidação, também foi deliberado coletivamente que a ARPIT (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) será a entidade responsável por representar o povo Xerente junto ao CEVAT (Comitê

Estadual de Verificação e Acompanhamento do Tocantins) e ao Fundo Clima.

Renato Xerente foi convidado a realizar a leitura pública do documento ajuda memória, que registrou os principais pontos discutidos, as propostas levantadas pela comunidade e os encaminhamentos definidos ao longo da oficina. Após a leitura, todos os participantes presentes foram convidados a assinar o documento. Após a assinatura do documento ajuda memória, foi realizada a entrega dos certificados de participação aos presentes e a foto oficial com os representantes escolhidos.

Avaliação

Em seguida, foi realizada a avaliação geral da oficina, momento em que os participantes puderam expressar suas percepções sobre a metodologia utilizada, os conteúdos abordados e a condução das atividades. De forma geral, a oficina foi avaliada como positiva, mas ainda com alguns pontos a serem melhorados. Alguns participantes reconheceram a oficina como um espaço importante de escuta, aprendizado e de respeito aos povos indígenas.

Encerramento e agradecimentos

Edite Xerente (Coordenadora Pedagógica da Cemix) fez um discurso caloroso, em língua materna e em português. Enfatizou a importância de eventos como aquele para o fortalecimento dos povos indígenas e agradeceu a presença de todos. Destacou que, ao longo dos mais de 1500 anos, não foram ouvidos, nem mesmo durante a elaboração da Constituição Federal, e que, caso tivessem sido consultados, o texto constitucional poderia ser diferente. Ela também destacou que o professor Akwẽ, que não pôde comparecer, "perdeu", pois aquela oficina também era um espaço de aprendizado.

Finalizou sua fala afirmando que o programa JREDD+ tem potencial para gerar frutos positivos, e que os impactos e desdobramentos vão muito além daqueles dois dias de encontro.

Julimar também fez um pronunciamento em língua materna.

Pedro Andrade (consultor Tocar) e Célio Kanela (ponto focal do estado) agradeceram, em nome do Estado, a presença, participação e contribuições de todos os envolvidos, marcando simbolicamente a conclusão dos trabalhos.

A oficina foi encerrada em um clima de respeito, harmonia e fortalecimento do compromisso coletivo com a continuidade do diálogo entre os povos indígenas e as instituições responsáveis pelo processo de construção do programa JREDD+ no Tocantins. Como forma de confraternização e valorização cultural, todos os participantes foram convidados a compartilhar uma refeição tradicional com carne *muquiado*.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

CONSERVAÇÃO

- Viveiro de mudas
- Recuperação de nascentes
- Programa de monitoramento da água
- Poço artesiano
- Água potável
- Produção de biodigestores

- Sistemas de energias alternativas
- Financiamento de casas de alvenaria
- Energia solar
- Melhoria das estradas de acesso

CAPACITAÇÃO

- Capacitação nutricional e cultural
- Formação e educação financeira
- Capacitação para as artesãs
- Capacitação de jovens para agentes ambientais
- Cursos técnicos profissionalizantes para o povo Akwẽ
- Contratação e formação de agentes ambientais e brigadistas
- Capacitação para produção de projetos
- Ampliação de escolas nas bases/aldeias
- Capacitação e contratação motorista

INFRAESTRUTURA

- Poço artesiano
- Implantação de sistemas de energias alternativas
- Produção de biodigestores
- Implantação de sistemas de energia solar
- Melhoria de acessos às aldeias
- Água potável
- Financiamento para casas de adobe
- Fortalecimento da medicina tradicional
- Fortalecimento da comunicação nas aldeias/internet
- Ampliação da Wara

GERAÇÃO DE RENDA

- Produção de capim dourado e artesanato
- Projeto de financiamento do artesanato (compra)
- Apoio na venda de artesanato
- Casa de apoio dos artesãos
- Estudo técnico e viabilidade da venda da água

FORTECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES

- Consultoria jurídica/contábil
- Criação de associação

CULTURA LOCAL

- Criação de museu da cultura Xerente
- Apoio às festas tradicionais culturais

PROTEÇÃO TERRITORIAL

- Equipamentos para fiscalização e monitoramento
- Instalação de guaritas nas estradas da reserva
- Fortalecimento das brigadas já existentes

PRODUÇÃO

- Piscicultura
- Cultivo de hortaliças
- Apicultura
- Agricultura
- Plantação de milho
- Criação de porco, galinha e pato
- Avicultura
- Fortalecimento da agricultura tradicional Akwẽ

REPRESENTANTES INDICADOS PARA A OFICINA DE CONSOLIDAÇÃO**PRÉ SELEÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS**

Rio Sono - Valdirei, Marlete, Valcir e Dilma

Suprawahã - Fernando, Edivaldo, Edite e Valnice

Tkai We - Ronaldo, Elivanda, Tony e Vanda

Avaliações e resultados da oficina

A oficina promoveu um amplo diálogo entre representantes indígenas e estado sobre o programa JREDD+. Houve consenso quanto à importância da preservação das florestas para a cultura e sobrevivência dos povos indígenas, bem como a necessidade de apoio técnico e financeiro do estado para fortalecer associações e iniciativas locais. Contudo, surgiram dissensos sobre a participação do agronegócio e a repartição dos benefícios, com questionamentos sobre a efetividade da consulta prévia e a representatividade das associações indígenas. Foi definido que as decisões finais sobre a repartição de recursos e organização das associações serão discutidas na audiência pública, sendo essa etapa crucial para ajustar propostas e garantir a participação ativa e transparente das comunidades indígenas no programa.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Abertura da oficina



Dinâmica apresentação das salvaguardas



Tradução salvaguardas



Repartição de benefícios



Entrega dos certificados

